

A encadernação do Foral de Viana da Foz de Lima, dado por D. Manuel a 1 de Junho de 1512. Reflexões a propósito da sua reencadernação¹

Maria Margarida Cunha Seixas*

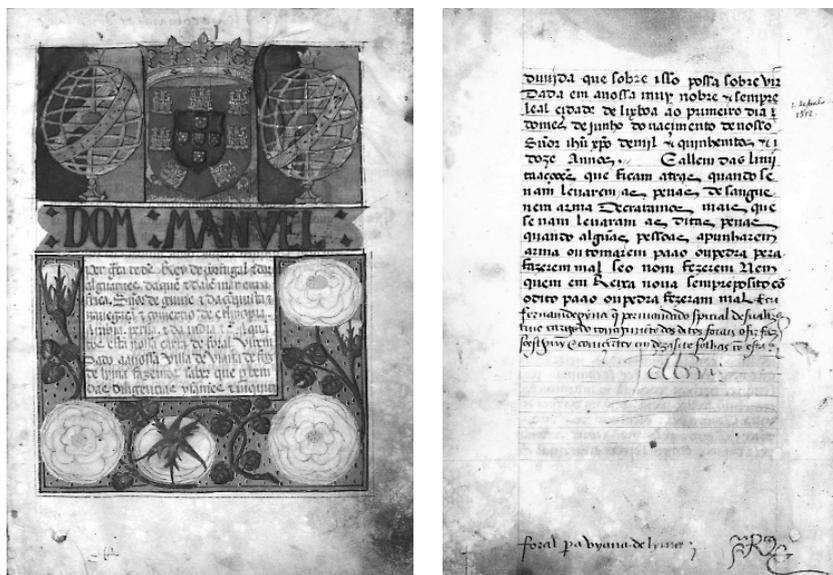


Fig. 1 – Foral de Viana da Foz de Lima, dado por D. Manuel a 1 de Junho de 1512. Rosto e explicit.

A encadernação vê-se, sente-se e analisa-se; em matéria de encadernação, nada é taxativo e as conclusões têm de ser ponderadas num conjunto de dados significativos com fundamentação histórica e cronologicamente definidos. É esta a postura com que são elaboradas as presentes reflexões.

Este trabalho representa um ponto de partida para o avanço de propostas de investigação.

* Doutorada pela Facultad de Traducción y Documentación da Universidad de Salamanca. Regente da disciplina anual de História da Encadernação na ESAD (Fundação Ricardo Espírito Santo).

¹ No ano em que se comemoraram os quinhentos anos do Foral dado por D. Manuel a Viana da Foz de Lima, hoje conservado no Arquivo Histórico Municipal de Viana do Castelo, são justificadas reflexões sobre este códice, que contém a lei pela qual se regeram os habitantes de Viana durante vários séculos. Diversos estudos, incluindo o presente, tiveram lugar no âmbito de uma sessão organizada pela Assembleia Vianense, aos 3 dias de Junho de 2012.

1. Contextualização histórica

D. Manuel, rei de Portugal entre 1495 e 1521, nasce a 31 de Maio de 1469, ou seja, é contemporâneo de uma das maiores descobertas da humanidade – a tipografia com caracteres fundidos em metal, ca. 1455. Pode dizer-se que desperta para o mundo acompanhando *a pari passu* os primórdios da tipografia.

Não é, pois, de admirar que durante o seu reinado preste a maior atenção à edição, numa bivalência entre a manuscrita e a impressa, apoiando a divulgação da tipografia em Portugal e enviando-a além-fronteiras. Por outro lado, reformula toda a legislação e é, sobretudo, no decorrer desta acção que desenvolve o seu estilo próprio de edição e encadernação, com que manda revestir os livros da sua chancelaria e os que emanam dela. Toda a legislação anterior considerada pertinente é organizada por províncias e recopiada para grandes volumes, com a designação genérica de Leitura Nova². Esta empresa, dada a sua morosidade, ultrapassa o reinado de D. Manuel e só é entregue à guarda de Fernão de Pina, fidalgo da “*Casa d’el rei nosso senhor*”, cronista-mor e guarda-mor da sua Torre do Tombo, por Tomé Lopes “*Aos XXbiiij do mes dagosto do anno de noso senhor Jesu[s] Xri[st]o de mill quinhentos xxxij anos*”³.

A necessidade política de celebrar os feitos heróicos e a descoberta de novas terras terá estado na origem de um novo vocabulário estético e decorativo, aplicado com maior visibilidade na arquitectura, mas igualmente presente em todas as outras manifestações artísticas e culturais, entre as quais a encadernação. É assim que ao estilo gótico já existente vai ser dado um novo tratamento, marcado pela utilização de elementos pertencentes à arte de navegar, pela aplicação, em apontamentos decorativos,

² A colecção hoje conhecida por *Leitura Nova* foi em parte reencadernada no tempo de Manuel da Maia (1680-1768), Guarda-mor da Torre do Tombo, cargo assumido a 12 de Novembro de 1745. Foi também Engenheiro-mor do Reino em 1754, tendo tido grande preponderância na reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755.

³ Chancelaria de D. Manuel, L.º 8, f. 126-130v. Este documento contém o rol de livros da “livraria nova” encomendada pelo rei D. Manuel e que são recebidos por Fernão de Pina, Guarda-mor da Torre do Tombo, para serem incluídos na chamada Livraria Nova, hoje designada por Leitura Nova, devido ao facto de transcreverem documentação antiga considerada de interesse para a história e administração do país. O documento contém ainda a descrição dos livros de chancelaria anteriores a este reinado, que porventura tinham servido de base à transcrição dos textos legais. Este é o original do texto transcrito por José Pessanha no seu artigo “Uma reabilitação histórica. Inventários da Torre do Tombo no século XVI”. *Archivo Historico Portuguez*, vol. 3, n.º 7-8, Julho e Agosto de 1905, pp. 287-303.

A transcrição de Pessanha é feita de uma cópia do século XVII por ele localizada num livro do Mosteiro de Alcobaça (códice 454, f. 59v.-69).

da Cruz, das armas reais e da esfera armilar, simbolizando, respectivamente, a evangelização que se propunham fazer no novo mundo, o país e a glória e a imensidão do *orbe* em que o reino se inseria.

A propósito da iconografia utilizada nos textos iluminados da mesma época, afirma Ana Maria Alves⁴: “*Vistos pelos olhos dos contemporâneos, os primeiros frontispícios da Leitura Nova não devem ter deixado de evocar valores de glória e imortalidade, mas em sentido litúrgico, o que não terá deixado de contribuir para derramar sobre a pessoa régia alguns dos atributos que são próprios das imagens celestiais*”.

Do mesmo modo, na encadernação manuelina nada foi deixado ao acaso, desde o formato das pastas de madeira talhadas em bisel interior, que tornam a pasta solidária com o corpo da obra, aos fechos que ajudam os fólhos de pergaminho a compactar-se, evitando a sua deformação, às incisões nas tábuas que constituem as pastas das encadernações, que permitem que sejam penetradas pelo nervo de fixação em pele, orientado de modo a que o mesmo nervo seja travado pelos brochos colocados nos terços superior e inferior das pastas. Grande parte dos exemplares foi reencadernada devido a diversos factores e, assim, a encadernação do foral é, hoje em dia, a mais representativa desta época.

O foral é uma carta de lei que os reis atribuíam às localidades. No entanto, os primeiros forais portugueses remontam ao Condado Portucalense, sendo anteriores à monarquia. Quando D. Manuel I sobe ao trono, em 1495, as leis por que se guiavam as regiões encontravam-se confusas e desactualizadas. Logo em 1497, em carta escrita a 22 de Novembro em Évora, determina que sejam revistos e refeitos todos os forais do reino, sendo o primeiro conhecido o atribuído a Lisboa em 7 de Agosto de 1500 (reencadernado no século XVIII⁵). É neste contexto que os forais ganham o aspecto de códice, pois até então eram normalmente documentos simples manuscritos sobre pergaminho.

De acordo com quadro de produção dos forais manuelinos publicado por José Manuel Garcia⁶, podemos ver que, entre 1500 e 1510, apenas foram publicados 15: Lisboa, 1500; Évora, 1501; Montemor-o-Novo, 1503; Algarve (10), 1504; Santarém, 1506; Castelo Rodrigo, 1508; em 1502, 1507 e 1509, não se publicou nenhum.

⁴ ALVES, Ana Maria – *Iconologia do poder real no período manuelino: à procura da linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 151.

⁵ A encadernação original do foral de Lisboa era de pele azul e custou 260 reais, de acordo com informação publicada por GARCIA, José Manuel – *Os forais novos de D. Manuel*. Lisboa: Banco de Portugal, 2009, p. 51.

⁶ GARCIA, José Manuel – *Os forais novos do reinado de D. Manuel: colecção do Banco de Portugal*. Lisboa: Banco de Portugal, 2009, p. 50.

A grande edição surge em 1510, com 64 forais; segue-se o ano de 1511, com 4 forais; 1512, com 72 forais; 1513, com 59 forais; só no ano de 1514 são publicados 237; em 1515, 32; em 1516, 31; em 1517, 16; em 1518, 8; em 1519, 31; em 1521, 5; e, sem data conhecida, 1 foral.

2. Análise do foral

2.1. O corpo do códice e a encadernação

Os *forais novos* são códices pergamináceos, manuscritos e iluminados, usualmente encadernados em tábuas cobertas de pele gravada. Em orifício aberto no pé de página do conjunto dos cadernos, era colocado um selo suspenso em trancelim de seda ou algodão, que constituía a sua inviolabilidade.

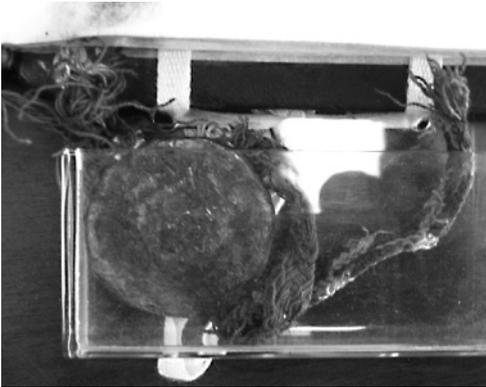


Fig. 2 – Selo pendente em chumbo.

Eram constituídos por cadernos onde se inscreviam as determinações legais e vulgarmente tinham no início um índice organizado alfabeticamente designado por *tavoada*.

A costura era realizada com fio de fibra natural e os nervos que a suportam executados em pele com espessura de cerca de 0,4 cm e secção quadrangular. A travagem de fixação do nervo à pasta de madeira era conseguida por uma pequena cunha, também em madeira.



Fig. 3 – Tábua de carvalho talhada em bisel. Nervos e agulheiros. Cunha de travagem dos nervos. Vestígio de manuscrito que serviu de folha de guarda.

2.1.1. As pastas

As tábuas de madeira de carvalho do Báltico (bordos) medem aproximadamente 0,5 cm de espessura e estão talhadas de modo a acondicionar perfeitamente o corpo do códice e não ferir a pele que as envolve, ou seja, são cortadas em bisel interior, de maneira a que a aresta deste faça pressão no corpo de pergaminho sem deixar enrugar os fólhos; no exterior, junto ao lombo, estas são afagadas para que não haja arestas cortantes que deteriorem a pele que as cobre.

2.1.2. Os planos

Os planos, com medidas que oscilam entre 24 e 38,5 cm de altura e entre 19 e 28 cm de largura⁷, são cobertos, vulgarmente, com pele de cabra ou *cordovam*, como é designado em carta datada de 30 de Agosto de 1504, na qual o autor informa sobre os custos dos materiais, mão-de-obra e taxas (materiais, escrita, iluminura, ferragens, encadernação, taxas, etc.)⁸. Apesar do cuidado dispensado à produção dos novos forais, observa-se muitas vezes um espírito de economia que transparece do aproveitamento de manuscritos muito antigos nas folhas de guarda.

⁷ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, pp. 365, 417, 426. O Foral de Lisboa, conservado no Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, apresenta 38,5 x 28 cm; o do Porto, 36,5 x 25,5 cm; o de Santarém, conservado na Biblioteca Pública Municipal de Santarém, não ultrapassa os 33 x 21 cm.

⁸ Sobre este assunto ver CHORÃO, Maria José Bigotte – *Forais de D. Manuel 1496-1520*. Lisboa: A.N.T.T., 1990, p. 14.

2.2. As ferragens

As ferragens eram constituídas por brochos, que serviam para impedir que a pele da encadernação se danificasse, por cantoneiras (em 1504)⁹, com a mesma função, e por fechos, que ajudavam a compactar os fólhos.

Vejam os a evolução que estes elementos tiveram ao longo da edição dos forais, que levou cerca de 20 anos. Os brochos podem ser classificados de brochos significativos, que transmitem mensagem, como atrás se referiu (as armas reais, a esfera armilar), ou simples elementos de uso (o brocho de base hexagonal).

2.2.1. O escudo real manuelino

O escudo manuelino colocado sobre a encadernação dos forais apresentava, em 1501¹⁰, treze castelos na bordadura; posteriormente, oscilará entre os sete e os oito, fixando-se nos sete que, ainda hoje, podemos observar no escudo nacional. Vejamos alguns exemplos.

Escudo real português com treze castelos na bordadura



4



5

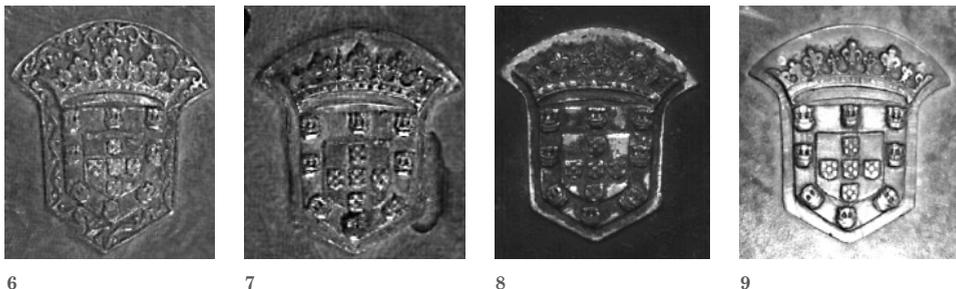
Fig. 4 – Foral de Évora, 1501.

Fig. 5 – Forais de Albufeira e Aljezur, 1504.

⁹ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, pp. 616 e seguintes.

¹⁰ O Foral de Lisboa de 1500 foi reencadernado no século XVIII e desconhece-se se teve ferragens.

Escudo real com oito castelos na bordadura



Figs. 6 e 7 – Foral de Santarém, 1506 (entregue em 1512).

Fig. 8 – Foral de Beja, 1510.

Fig. 9 – Foral de Almada, 1513.

Escudo real com sete castelos na bordadura

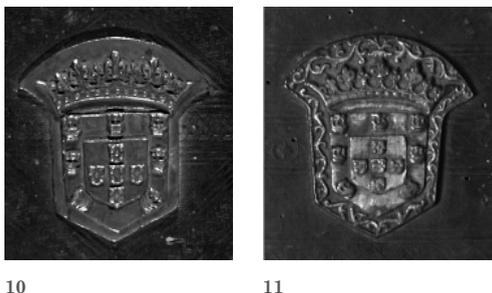


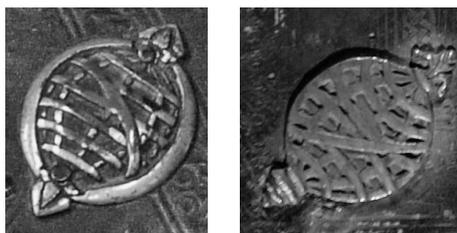
Fig. 10 – Foral de Castelo Rodrigo, 1508.

Fig. 11 – Variante utilizada no Foral do Porto, 1517.

2.2.2. A esfera armilar

A esfera armilar, empresa de D. Manuel, executada para ser colocada sobre as encadernações, apresentou variantes ao longo do reinado¹¹.

¹¹ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 640.



12

13

Fig. 12 – Foral de Évora, 1501; Albufeira, Aljezur, 1504.

Fig. 13 – Foral de Castelo Rodrigo, 1508.

2.2.3. Brocho de base hexagonal

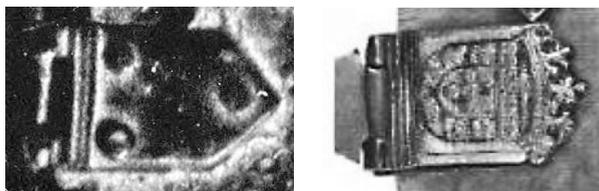
O brocho de base hexagonal, feito em cobre, é utilizado nos forais manuelinos a partir de 1510, mas apenas nos que não têm encadernação heráldica.



Fig. 14 – Brocho de base hexagonal, utilizado a partir de 1510.

2.2.4. Fechos utilizados nos forais manuelinos

Os fechos também se foram modificando, apresentando as características abaixo indicadas.

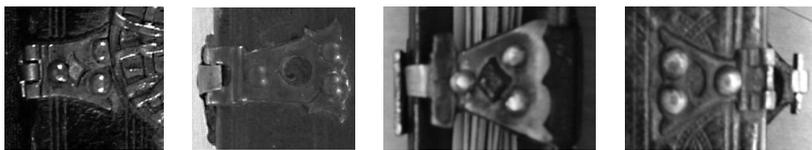


15

16

Fig. 15 – Fecho em forma de escudo utilizado nos forais de Albufeira e Aljezur, 1504.

Fig. 16 – Formato de armas reais manuelinas apresentando treze castelos na bordadura: Foral de Évora, 1501; Foral de Santarém, 1506; e Foral de Beja, 1510.



Figs. 17-20 – Fecho em forma de coroa estilizada com variantes, formato verificado desde 1510¹².

Exemplo de fechos aplicados em reencadernações¹³:



Fig. 21 – Foral de Ansiães, reencadernado em 1721¹⁴.

2.2.5. Cantoneiras

As cantoneiras foram utilizadas apenas em alguns forais do Algarve datados de 1504¹⁵.



Fig. 22 – Cantoneira de estilo gótico dos forais de Albufeira e Aljezur, 1504.

¹² O Foral de Castelo Rodrigo, de 1508, perdeu os fechos e, por isso, ignora-se que modelo utilizou.

¹³ SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, pp. 615 e seguintes.

¹⁴ SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 111 (ver base de dados em 5.6.2.).

¹⁵ SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 628.

2.3. A decoração da encadernação

A decoração da encadernação gravada a seco obedece a tipos provenientes da simplificação dos esquemas decorativos mudéjares, sendo posteriormente influenciada pelo estilo renascentista. Os esquemas acompanham o formato rectangular das pastas.

Inicialmente verifica-se apenas a utilização da roda de gravar – com que é delineado o esquema decorativo – nos filetes, bem como o uso de ferros soltos justapostos para construção das tarjas, cujas dimensões variam entre o centímetro e o centímetro e meio. No final do primeiro quartel do século XVI, porém, inicia-se a utilização de rodas de gravar na decoração das tarjas gravadas nas pastas dos forais.

2.3.1. Características da decoração gravada na pele

- Todos os forais encadernados na época apresentam gravação a seco;
- Em caso algum foi utilizado o recurso a ferros curvos na gravação das pastas;
- Todos os esquemas decorativos são baseados na forma rectangular das pastas, onde são inscritos rectângulos concêntricos que por vezes se subdividem e onde não raro se inscrevem losangos;
- Os filetes múltiplos utilizados nas esquadrias repetem-se, na maioria das vezes, em número idêntico no desenvolvimento das figuras geométricas: quadrados, rectângulos e losangos inscritos no rectângulo envolvente;
- As tarjas, medindo aproximadamente 1 a 1,5 cm de largura, são sempre aplicadas em conjunto com os filetes rectilíneos; apresentam laçaria de influência gótico-moçárabe¹⁶ e motivos vegetalistas como a folhagem de hera estilizada, já de influência renascentista. Quando o espaço central é preenchido com quadrícula, observa-se o recurso a ferros soltos no centro de cada figura geométrica, podendo uma representar a estrela de quatro pontas. Nesses casos, as tarjas são geralmente elaboradas a partir de ferros soltos de formato quadrangular e gravados justapostos. O desenho destes ferros faz lembrar as marcas notariais da época¹⁷.

¹⁶ SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 580.

¹⁷ SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 573.

Ao analisar estas encadernações num universo de 103, cerca de um quinto da produção, portanto, foram encontrados onze tipos de esquemas decorativos¹⁸, sendo alguns deles reutilizados mais tarde, aquando da reencadernação dos forais, e outros podendo ser considerados como elemento significativo da época de utilização, como por exemplo o tipo 1, que foi aplicado em diversos forais dados entre 1510 e 1513.

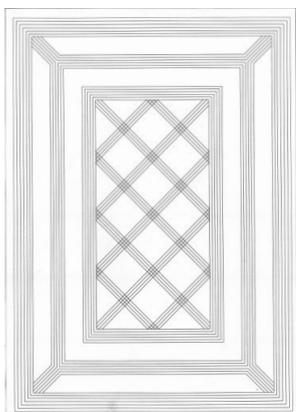


Fig. 23 – Esquema decorativo do tipo 1.

Quando periodicamente era feita a reavaliação da lei local, se o mandatário real entendesse que o exemplar do foral em posse do foreiro (*Corpus legal local*) apresentava a encadernação degradada e susceptível de inclusão de alterações à lei, colocava uma nota manuscrita e datada em que ordenava a reencadernação do exemplar¹⁹. A reencadernação começa a ser feita no século XVII, mas é mais notória ao longo do século seguinte²⁰.

A esta acção de verificação da lei associava-se o espírito de continuidade no aspecto do documento, facto que conduz à elaboração de encadernações

¹⁸ Cf. Esquemas decorativos em SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, pp. 485 e seguintes.

¹⁹ Cf., a título de exemplo, as reencadernações dos seguintes forais: Foral de Sangalhos, conservado na Biblioteca Nacional de Portugal, com reencadernação datada de 1627; Foral de Angeja, conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, datada de 1683; Foral da vila de Rosmaninhal, conservado no Arquivo Histórico do Banco de Portugal, datada de 1709; Foral da vila de Ansiães, conservado no Museu Abade de Baçal, datada de 1721; Foral da vila de Bobadela, conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, datada de 1744; Foral de Cascais, conservado no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, datada de 1785; Foral de Reriz, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, datada de 1798. Todos foram objecto de estudo na tese supra citada. Ver, igualmente, na mesma tese a p. 716.

²⁰ Foram analisados 103 forais, dos quais 26 foram reencadernados e 14 apresentam ferrens heráldicas.

novas sobre forais manuelinos que mantêm o aspecto das anteriores, substituindo a pele e ornamentando-a com elementos decorativos existentes na época. Muitas vezes, eram mantidas as tábuas pré-existentes, bem como as ferragens, e por isso se encontram tábuas com diversas incisões (agulheiros).

A este tipo de acção legal contrapõe-se uma outra que aconteceu já no tempo em que os forais tinham caído em desuso, abolidos em carta de 13 Agosto de 1832 confirmada em carta de lei de 22 de Junho de 1846, e eram procurados por colecionadores, que os consideravam objectos preciosos. Nestes casos, a encadernação feita de novo ao gosto da época não representa perigo de identificação. É o caso do foral de Alvito, conservado na Biblioteca da Ajuda, que possui uma encadernação ornamentada com grinaldas gravadas a ouro sobre pastas de pele de cabra, tingida de vermelho, e que conserva as ferragens heráldicas.

3. O Foral de Viana da Foz de Lima²¹

Foral dado por D. Manuel I a Viana da Foz de Lima. Lisboa: 2 de Junho de 1512, 17 fólhos. Termina: “*fernam de pyna o fiz fazer... em deza-sete folhas cõ esta...*”. Contém vestígio de selo pendente e uma adenda ao foral datada de 1516.



Fig. 24 e 24 a – Encadernação do Foral de Viana da Foz de Lima.

²¹ Agradeço ao Arquivo Histórico Municipal de Viana do Castelo, na pessoa do Dr. Maranhão Peixoto, a cedência das imagens e as facilidades concedidas para esta investigação.



Fig. 25 – Corte das folhas apresentando tinto vermelho; corte das pastas com decoração a seco e colchete articulado.



Fig. 26 –Lombada cega.

Apresenta actualmente encadernação heráldica (30 x 20 x 2,3 cm), executada em pele de vitela castanha, sobre pastas de madeira de 0,4 cm talhadas em bisel discreto. Foi decorada a seco, com recurso a rodas de gravar ao estilo neogótico e renascentista, medindo respectivamente a tarja dupla circundante 1,5 cm e a do rectângulo central 1 cm. A lombada é cega e os quatro nervos (em pele) são avivados com filetes (lombada cansada). Apresenta tranche-filas de cor bege (falta a inferior). Mantém as ferragens heráldicas, tendo sido substituídos os fechos em forma de lança fabricados em cobre (2,5 x 1 cm), que apresentam agora colchete articulado e de formato compatível com o século XVIII, como se pode observar na imagem atrás incluída. O corte das pastas mostra decoração com folhagem; o corte dos fólhos, tinto vermelho. As folhas de guarda são de pergaminho virgem.

Os forais, como já vimos, receberam vários tipos de encadernação, sendo algumas delas assinaladas com elementos heráldicos. Ao longo dos tempos, várias opiniões têm sido emitidas sobre o assunto. No caso de Viana da Foz do Lima podemos conjecturar a seguinte reflexão: Viana tinha o privilégio de ser considerada como terra da coroa, tal como refere a petição enviada, em 1543²², pelos vereadores da Câmara para que o príncipe D. João (1537-1554) intercedesse junto do rei seu pai, D. João III, no sentido de manter esse privilégio. Se reflectirmos sobre a razão evocada em nota manuscrita no foral de Castelo de Vide à guarda do Palácio Ducal de Vila Viçosa, onde se lê:

“...[riscado] *Encadernação que mandou fazer a Villa de Castello de Vide. Puzeramse-lhe armas de Rey, por homenagem ao que lhe foi concedido a 15 de mayo do anno de 1209, concedendo lhe que fosse da Coroa*”²³, podemos concluir que a razão de a encadernação de Viana da Foz de Lima apresentar características heráldicas se deve ter fundamentado em motivos idênticos.

²² A.N.T.T., CC, 1.ª Parte, Mç. 73, n.º 78 (de 02.11.1542 a 31.07.1543).

²³ SOLLA, Conde de Castro e – *Super-libros ornamentaes: Reproduções e notas descriptivas*. Lisboa: Tipografia Editora José Bastos, 1913-15, p. 86.

3.1. Reflexão sobre a reencadernação

Como se disse inicialmente, as conclusões em matéria de encadernação têm de ser baseadas e justificadas por um conjunto de dados, sejam eles técnicos, decorativos ou históricos.

3.1.1. A decoração

Se nos detivermos na tarja principal, podemos verificar que é produto de uma evolução do ferro de laço deitado que existe como elemento decorativo gravado sobre encadernações, pelo menos desde o século XV, e se mantém, embora gravado com técnica diferente, até ao século XIX.

Laço deitado de estilo gótico, composto por elementos justapostos²⁴:



Fig. 27 – Laço deitado de estilo gótico, 1448.

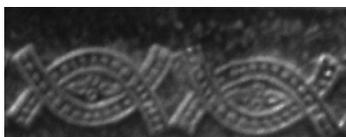


Fig. 28 – Laço deitado de estilo gótico, 1510-1514.

Laço deitado de estilo neogótico, gravado com roda:



Fig. 29 – Laço deitado de estilo neogótico, 1573.



Fig. 30 – Laço deitado de estilo neogótico, 1721.

²⁴ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, pp. 572 e seguintes.



Fig. 31 – Laço deitado de estilo neogótico, 1820.

Esquema decorativo

O esquema decorativo da encadernação deste foral pertence ao tipo 8²⁵. É delineado com filete múltiplo que desenvolve três rectângulos, sendo o central subdividido em quadrados. O esquema foi utilizado na reencadernação institucional de forais desde cerca de 1627 e ao longo do século seguinte.

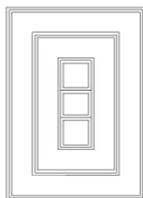


Fig. 32 – Esquema decorativo do tipo 8.

Infelizmente, a data da reencadernação não está indicada no código, como acontece em alguns outros. Já existia, nesta câmara, uma cópia do foral datada de 1776 (e ainda existe) quando, em 1792²⁶, é dada uma nova ordem para o copiar.

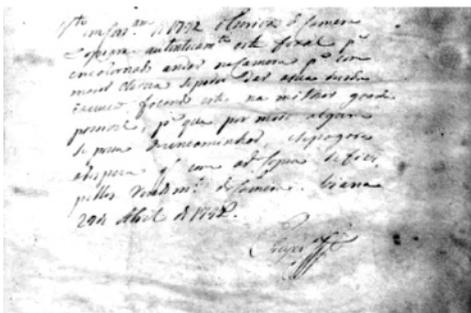


Fig. 33 – Visto em correição datado de 1792.

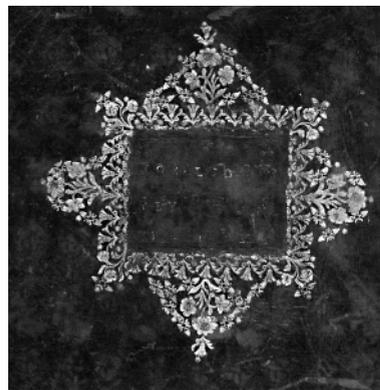
²⁵ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 2011, p. 486.

²⁶ “Visto em correição anno (?) 1792. O escrivão da Câmara copiará autenticamente este foral para encadernado andar na Câmara para com maior clareza se poder dar a sua devida execução ficando este na melhor guarda possível para que por modo algum se possa desencaminhar e se pagará a despesa que com a dita cópia se fizer pelos rendimentos da Câmara. Viana 29 de Abril de 1792”.

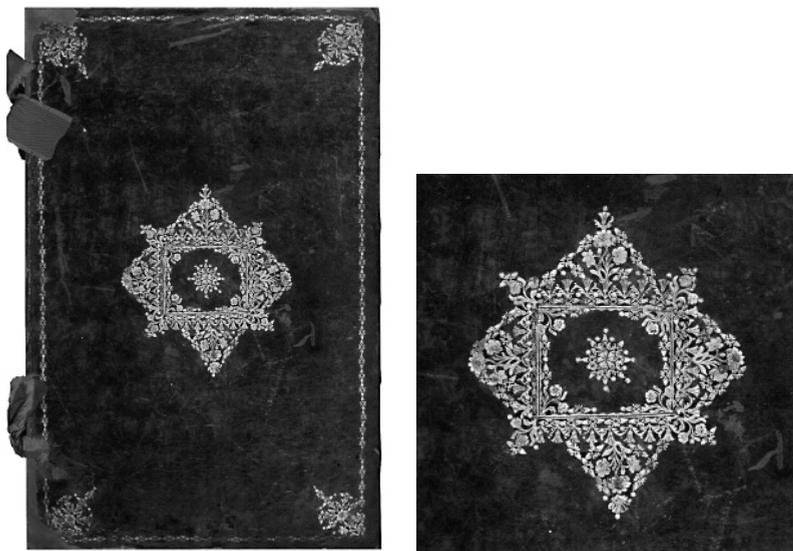
A encadernação actual pode ter sido realizada em qualquer das datas citadas. Não é, no entanto, possível confirmá-lo, pois a série documental “Livros de Receita e Despesa” do Arquivo de Viana do Castelo, onde presumivelmente devia constar o registo de pagamento da reencadernação, é inexistente entre 1776 e 1836.

Este exemplar, datado de 1776, conserva-se ainda no mesmo Arquivo Histórico, sendo possível verificar que possui uma encadernação ao gosto do século XVIII, contrastando com a do foral antigo, em cuja encadernação foi aplicado o estilo neomanuelino.

A cópia do foral manuelino datada de 1776 é um códice manuscrito sobre papel. A sua encadernação é em vitela esponjada sobre pastas de cartão (48,5 x 27 x 1,5 cm). O esquema decorativo gravado a seco e a ouro sobre os dois planos é idêntico e é constituído por rectângulo executado com ferros soltos justapostos. Apresenta florões gravados no centro dos planos e nos cantos interiores do citado rectângulo. Verificam-se diferenças na construção dos florões centrais. No do primeiro plano, a composição é moldada pela funcionalidade, destina-se ao enquadramento do título do códice e, por isso, tem formato rectangular, que melhor se adapta à gravação do texto. No segundo plano, é um remate decorativo. Em ambos são utilizados ferros com os mesmos motivos florais. A lombada é decorada com idênticos ferros gravados a ouro. Fecha com fitas de seda policroma, fixadas nos dois planos (produto de restauro).



Figs. 34 e 34a – Encadernação da cópia do Foral de Viana da Foz de Lima, 1776. Umbilico do 1.º plano.



Figs. 35 e 35a – Encadernação da cópia do Foral de Viana da Foz de Lima, 1776. Umbilico do 2.º plano.



Fig. 36 – Composição do florão de canto.



Fig. 37 – Ferro utilizado na bordadura dos planos e na composição dos florões dos cantos.

A utilização do estilo neomanuelino na reencadernação institucional do foral antigo e, na mesma época, o diferente procedimento em relação à encadernação da sua cópia vêm confirmar a constatação²⁷ de que os forais manuelinos reencadernados no âmbito da acção do controle legal levada a cabo entre os séculos XVI e XIX, e determinada pelo oficial examinador, eram reencadernados de forma a que mantivessem o seu vocabulário estético.

²⁷ Cf. SEIXAS, Maria Margarida Cunha – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: Estudo das suas características e evolução em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de doutoramento. Universidad de Salamanca. Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Biblioteconomía y Documentación, 201, p. 489.